

# AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS COMO UM MERCADO DE TRABALHO PARA O BIBLIOTECÁRIO

Luciana Moreira Carvalho<sup>1</sup>

Monica Marques Carvalho<sup>2</sup>

## RESUMO

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) representam hoje alternativas de mobilização social organizada para o alcance de metas que promovem uma maior evolução e superação de condições desfavoráveis de vida de diversos grupos sociais. Sua missão está em prestar assessoria aos movimentos populares oriundos da sociedade civil. Como parte deste processo, os Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDCs) surgem como espaço de documentação para o apoio à tomada de decisão das ONGs. Os dados colhidos para compor este artigo são frutos de pesquisas de mestrado que tratam especificamente dos fatores que contribuem para a ausência do profissional bibliotecário neste meio, bem como as características dos CPDCs (informação/usuários). As conclusões apontam que, apesar das ONGs se constituírem como mercado de trabalho legítimo para o bibliotecário, legitimado através de dois importantes fatores: fluxo de informação constante e demanda crescente de usuários, estas lacunas não são devidamente preenchidas por este profissional. Estudos demonstram que entre outros fatores, a formação tecnicista do profissional é fator preponderante para a não percepção e ocupação desse mercado.

### Palavras-chave:

**Organizações Não-Governamentais- ONGs**  
**Centros Populares de Documentação e Comunicação -CPDCs**  
**Bibliotecário – atuação profissional.**

Podemos dizer que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) tem sido objeto de estudo de vários autores (GOHN, 1997; MARTELETO, 1994; SHERER-WARREN 1993). Porém, uma atenção específica sobre o potencial de mercado de trabalho que as ONGs representam tem sido focado por apenas uma pequena parcela de autores

---

<sup>1</sup> Professora Mestre Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – e-mail: [lmoreirac@ufrnet.br](mailto:lmoreirac@ufrnet.br) / [lualexnatal@zipmail.com.br](mailto:lualexnatal@zipmail.com.br)

<sup>2</sup> Professora Mestre Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – e-mail: [monicamcg@bol.com.br](mailto:monicamcg@bol.com.br)

(ANDRADE, 1991; MARTELETO, 1994), tendo estes diferentes olhares. Neste sentido, este texto visa contribuir para a produção de conhecimento e proposição de discussões em torno da inserção do bibliotecário como profissional ligado às práticas informacionais no ambiente específico das ONGs. Inicialmente, contextualizaremos o assunto ao abordar algumas definições de ONGs, as práticas informacionais vivenciadas neste ambiente, seus usuários e procuraremos focar os aspectos de relacionamento do bibliotecário com as organizações não governamentais.

## **1 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

Um entendimento melhor do que sejam as Organizações Não-Governamentais pode ser abordado através de uma compreensão sobre como estas entidades surgem no contexto da sociedade civil<sup>3</sup>.

Em meados dos anos 60, através do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o Governo fecha o Congresso e estabelece a ditadura militar no país. Nesse período, o povo fica privado de muitos de seus direitos de cidadãos e aqueles que questionavam a forma vigente de poder, eram duramente reprimidos em nome da segurança nacional. Foi assim, em meio a tantos conflitos entre o estado e a sociedade civil, que parcelas da população buscaram “formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder” (FESTA, 1986). Pode-se verificar portanto, que são os conflitos de interesse entre classes sociais, que provocam o surgimento dos movimentos sociais, sabendo-se que o “núcleo inicial de um movimento social é sempre um de nós” (PINTO, 1992). Movimentos sociais

---

<sup>3</sup> Um conceito bem trabalhado de Sociedade Civil pode ser encontrado em Hegel *apud* Sherer-Warren 1993: “sociedade civil como o espaço social de regulamentação entre a família (e/ou indivíduos) e o Estado, introduzindo uma idéia e intermediação, e de busca de interesses comuns, acima dos interesses individualistas da modernidade”.

conceituam-se como “toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto (...) independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta” (SHERER-WARREN,1993).

A globalização da economia, o neoliberalismo e a séria crise econômica por que atravessa o país, desde o final da década de 80 e início da década de 90, fizeram com que os movimentos entrassem em crise. Aliado a isso, a crise nos movimentos sociais se deu pela falta de desenvolvimento de “projetos políticos próprios, independentes e autônomos” (GOHN, 1994). A partir dessa crise, abre-se um espaço para as ONGs, cuja função principal era de assessorar os movimentos populares. Assim, são fenômenos que buscam dar identidade a uma série de reivindicações surgidas no seio da sociedade civil.<sup>3</sup>

As ONGs surgem nesse cenário, às vezes confundido-se com o próprio desenvolvimento dos movimentos sociais. De fato, são originárias de suas lutas e interesses. Uma discussão sobre esse tema gira em torno do entendimento de que as ONGs, assim como os movimentos sociais, procuram trabalhar e representar grupos específicos da sociedade. E sua conceituação parte necessariamente do entendimento das suas práticas.

De maneira geral, as ONGs são organismos autônomos que surgem para se firmar numa esfera menos favorecida do Estado. Esta esfera a que nos referimos é justamente a da ação social e política de sua responsabilidade que pode vir a garantir o bem-estar geral da população.

Um dos primeiros indícios em torno da formação de um conceito em relação ao termo ONG pode ser encontrado através da Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 40, como mostra Gohn:

---

A expressão ONG foi criada pela ONU na década de 40 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesses social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada 'desenvolvimento de comunidade' (GOHN, 1994 ).

Um conceito em torno do termo ONG, adotado por diversos autores<sup>4</sup>, usualmente parte do pressuposto de que estas organizações encontram-se atreladas a atuações em sociedade e ainda, têm seu funcionamento desligado da figura do Estado. Surgem para complementar sua ação. Para Montenegro, ONGs são:

Um tipo particular de organização que não dependem nem economicamente nem institucionalmente do Estado, que se dedicam a tarefas de promoção social, educação comunicação e investigação/experimentação, sem fins de lucros e cujo objetivo final é a melhoria da qualidade de vida dos setores mais oprimidos (MONTENEGRO, 1994, p.11).

E aos poucos, essas ONGs que eram bem estruturadas, foram ocupando o lugar dos movimentos, deixando de ser apenas instrumento de assessoria a estes. Diferente da opinião de Gohn (1994) em relação ao surgimento das ONGs, Oliveira (1993) afirma que foi no vácuo entre a repressão aos movimentos sociais e a mobilização em favor do Estado, que as ONGs começaram a se destacar no cenário político e social brasileiro.

No Brasil, as ONGs têm um objetivo comum: construção da cidadania definida por Araújo (1992) como sendo “o conjunto de direitos e deveres do indivíduo no contexto da sociedade”. De acordo com Fernandes (1994), “os direitos da cidadania são essenciais para a própria existência do setor, pois sem eles não se sustenta a autonomia das Organizações

---

<sup>4</sup> Ver Landim, Montenegro (1994) e Lopes (1996), entre outros.

Não-Governamentais”. Para que a cidadania se torne uma prática sistemática e um hábito entre os membros da sociedade, é de suma importância a questão da circulação de informação; seja através de escola, dos meios de comunicação, das associações, dos centros de informação, etc. A informação assume então a categoria de “direito-síntese” dos direitos do homem, formadores de sua cidadania.

### **1.1 As práticas informacionais no contexto das ONGs**

Entre várias ações das ONGs, podemos apontar a prestação de serviços informacionais como sendo uma das mais importantes. Desde o início dos movimentos sociais alternativos, têm-se buscado formas de tratar, armazenar e disseminar informações que auxiliem no processo de tomada de decisão e de conscientização das camadas menos favorecidas da sociedade. Estas formas, necessariamente, devem ser rápidas e suficientes para conseguir acompanhar a dinâmica dos fatos políticos, econômicos e sociais que, muitas vezes, necessitam de ações e respostas imediatas. Na realidade, esses organismos conseguiram montar redes de informação alternativas que incrementam o processo de prestação de serviços informacionais. Estes sistemas são chamados de Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDCs).

## **2 CPDCs: um mercado potencial para o bibliotecário**

Os *Centros Populares de Documentação e Comunicação* (CPDCs) têm sido tema de vários estudos, sobretudo pela forma de disseminar a informação/comunicação aos setores populares. Para Andrade (1991), os CPDCs podem ser entendidos como:

Instituições que têm como objetivo reunir e organizar as produções documentárias originárias dos setores populares (movimentos, grupos, associações), além de também produzir e/ou reunir e organizar informações sobre e para estes setores, visando a ampla comunicação dentro de uma perspectiva de transformação das estruturas de dominação.

Os CPDCs são responsáveis pela reunião, organização e disseminação de informações geradas pelos e para os setores populares, visando seu desenvolvimento. Dentro desse contexto, a documentação e a comunicação são percebidas como áreas importantes na estrutura dos CPDCs, utilizando a informação como o fio condutor de todo processo. Temas como documentação, comunicação e informação estão aliados à figura do bibliotecário, pois parte-se do princípio de que o objeto de trabalho do bibliotecário é a informação, possibilitando-lhe inúmeras atuações no mercado. No entanto, pesquisas que trataram de “Centros Populares de Documentação”, a exemplo de Rocha (1990) e Abath, Rios, Melo (1995), constataram que na maioria dos CPDCs, não existe bibliotecário.

Diante desses resultados, a pesquisa de Carvalho (1997), que teve como objeto de estudo a ausência do bibliotecário nestes contextos específicos de informação, identifica pontualmente questões relacionadas a este aspecto, como vemos a seguir:

A principal barreira encontrada pelo bibliotecário em relação ao mercado da documentação popular parte, basicamente, de sua formação, que privilegia o tecnicismo em detrimento de um conhecimento contextualizado, necessário para a adequação a novos mercados (CARVALHO, 1997, p. 187)

Partindo do objetivo de analisar os fatores que contribuem para determinar a ausência do bibliotecário nas atividades dos CPDCs, pode-se elencar algumas conclusões, como veremos a seguir.

A flexibilidade, criatividade e inovação são características dos integrantes dos CPDCs, no desenvolvimento de suas atividades. O bibliotecário por sua vez, encontra-se preso às normas, regulamentos e códigos, em consonância com sua formação acadêmica, em que predomina a ênfase nas técnicas bibliotecárias, sem uma contextualização e conscientização de como essas técnicas poderiam se adequar às distintas realidades, como comprovado no estudo de Souza (1996) no qual menciona que muitas vezes o bibliotecário utiliza a técnica como “um fim em si mesma”.

A ausência do bibliotecário é mais sentida ainda, quando se constata que existe uma demanda crescente de usuários em busca das informações geradas nos CPDCs. Assim vemos na fala de Carvalho (1999) que “as ONGs e CPDCs possuem uma população específica de usuários.” Estes se configuram em duas categorias bastante distintas: usuários internos e usuários externos. Essas categorias obedecem a um padrão baseado na realidade pesquisada, a dos próprios Centros de Documentação. A análise dos padrões de utilização dos Centros mostra que existe uma diferença muito grande entre esses dois públicos. Os usuários internos são os que mais usam o centro de documentação, sobretudo como um apoio às suas atividades dentro das ONGs. As informações utilizadas são para a satisfação de necessidades de informação no desenvolvimento de projetos. Os usuários internos normalmente procuram materiais que trazem informações atualizadas como periódicos, documentos eletrônicos, entre outros. Isto decorre da necessidade de complementar seus trabalhos com informações recentes, já que o processo de troca de informação entre as ONGs é muito dinâmico. Os usuários externos, categoria em crescimento, procuram os CPDCs para satisfazer necessidades de informação a partir dos

temas que os CPDCs trabalham. Ainda na pesquisa de Carvalho (1999) foram identificadas os seguintes perfis:

- ***Pesquisadores***- Pessoas ligadas aos meios acadêmicos como doutorandos, mestrandos, pessoas ligadas a órgãos de pesquisa;
- ***Estudantes***- Categoria composta por alunos do primeiro e segundo grau, normalmente busca informações para complementar trabalhos escolares;
- ***Usuários coletivos***- Pessoas que representam uma coletividade, com necessidades informacionais afins.
- ***Membros de Organizações Não-Governamentais***- Embora estejam ligados aos trabalhos de ONGs, são considerados externos por não pertencerem as ONGs onde buscam informações. Esta categoria é bastante comum, pois a troca de informação entre as ONGs é uma constante.
- ***Pessoas ligadas aos movimentos sociais***- Pessoas que representam os movimentos sociais como grupos de mulheres, grupos ligados a jovens, índios, entre outros.

O usuário é visto como elemento essencial para as atividades do Centro. Há uma preocupação muito forte em incluir os usuários no planejamento das atividades do Centro e em levar em consideração suas necessidades de informação, o que é bastante interessante porque as bibliotecas, às vezes, falham por não considerar tanto os seus usuários, ao enfatizar os meios de transferência de informação em detrimento dos fins. Nos CPDCs, a documentação é adquirida e organizada com o objetivo de fornecer aos usuários a informação que realmente eles necessitam.

### **3 INFORMAÇÃO: o objeto de trabalho do bibliotecário**

As diferenças sociais no Brasil são tantas , que existem “micronações isoladas por suas diferenças” (BARRETO, 1994), o que faz com que a informação seja distribuída de acordo com os diferentes grupos sociais. A distribuição de informação para esses grupos, seguem três estratégias: a **primeira** voltada para um grupo de receptores homogêneos, onde a informação é transferida em pequena quantidade, visando atingir um grande número de receptores; a **segunda**, procurando detectar iguais necessidades e interesses de informação direcionados a grupos específicos de receptores; e a **terceira** estratégia voltada a uma “elite informacional”, onde há um grande acesso à informação para uma pequena parcela de receptores. Harris (1992) denomina este processo de capacitação de informação, a qual se refere à capacidade de um indivíduo, grupo ou organização adquirir e usar a informação para seus próprios fins. Segundo o autor, muitas pessoas têm dificuldades em reconhecer que necessitam de informação. A esse respeito Marteleto e Ribeiro (2001) enfatizam que “uma informação relevante ou correta é aquela capaz de gerar um conhecimento sustentado, que por sua vez supõe a sua comunicação transparente, gerando novas informações e daí novos conhecimentos, realimentando o processo cíclico e em cadeia” (MARTELETO; RIBEIRO, 2001, p.3). Fica nítida, portanto, a utilização de conceitos como informação, comunicação e conhecimento, como pressupostos para a formação de uma consciência crítica no indivíduo; sabendo-se ainda que a falta de acesso ao primeiro ponto (informação), impossibilitará seu crescimento enquanto cidadão, uma vez que anula a fluência do conhecer para transformar.

Há atualmente uma tendência de atribuir ao bibliotecário, o título genérico de Profissional da Informação o qual pode ser conceituado como aqueles diretamente envolvidos nas atividades de informação destinadas aos usuários” (MOTTA, 1994, p.13); sem contudo estabelecer a necessidade da existência do espaço físico específico para esse fim, a exemplo da biblioteca, que pode ser desinstitucionalizada. A desinstitucionalização é um processo que prevê menor rigidez burocrática, onde as partes que o integram são voltadas mais para os fins (que são os usuários), do que para os meios. A ênfase recai desse modo no cumprimento dos objetivos de forma mais rápida e menos burocrática. (MARTIN, 1989)

Esses profissionais devem, de acordo com Motta (1994, p.14), se dedicar às atividades de informação em tempo integral; possuir educação universitária ou experiência de trabalho equivalente e dispender pelo menos metade do tempo na organização ou no processamento da informação destinada a terceiros. Sendo, os bibliotecários responsáveis especificamente pela preparação, busca e administração de operações de informação, programas e serviços para os usuários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todas as direções apontam para um único caminho a ser seguido pelo bibliotecário: o da diversificação de suas atividades, uma vez que ele tem como base de formação, o domínio de tratamento da informação, o que lhe atribui uma vantagem competitiva de grandes proporções na sociedade contemporânea, denominada Sociedade da Informação.

Neste sentido, podemos dizer que as ONGs através dos CPDCs, representam um mercado de trabalho fértil para o profissional bibliotecário. Existem vários elementos que podem apoiar esta afirmativa:

1. A Sociedade da Informação traz consigo uma flexibilização que imprime uma necessidade de mudança de perfil profissional, uma vez que há abertura para atuação em espaços de informação/documentação não convencionais;
2. As ONGs trabalham ativamente com informação para apoio à tomada de decisão de seus diversos projetos. Assim, se faz necessário criar estratégias urgentes para a inserção do profissional bibliotecário que possui o perfil necessário para promover a gestão da massa documental produzida neste contexto;
3. Existe uma demanda nítida de grupos de usuários representados pelos clientes internos oriundos dos diversos tipos de movimentos sociais e clientela diversificada que necessita de informação tratada e organizada;

Cabe ao bibliotecário, refletir sobre a ampliação das possibilidades de atuação profissional e buscar, principalmente na criatividade, na avaliação e na atualização dos seus conhecimentos, os caminhos para chegar a novos mercados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATH, R. J.; RIOS, G. S. L.; MELO, D. G. M. *Intercâmbio em Centros de Documentação e Comunicação Popular (CPDC) no Brasil: um estudo de caso da região Nordeste*. João Pessoa, 1995 (Relatório de Pesquisa).

ANDRADE, A. M. C. Novas possibilidades em informação popular. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte v.20, n.1 p 23-41, 1991.

\_\_\_\_\_. *Um Novo texto no contexto da informação popular: Centros de Documentação e Comunicação*. São Paulo: ECA / USP, 1989, 202 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação e Artes.

ARAÚJO, Eliany A. de. Informação, cidadania, sociedade. *Informação & Sociedade: Estudos*, v.2, n.1, p.67-77, 1992.

BARRETO, A de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, 1994.

CARVALHO, Luciana Moreira. *Centros Populares de Documentação e Comunicação: um mercado a ser explorado pelo bibliotecário*. 1997, 200 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

CARVALHO, Mônica Marques. *O usuário da informação em organizações não governamentais: caso do SOS Corpo e Centro de Cultura Luís Freire*. 1999, 210 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

FERNANDES, R.C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 123p.

FESTA, R. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. 231p.

FESTA, Regina; SILVA, C.E.L. da (Org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. 266p.

GOHN, M. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117p.

\_\_\_\_\_. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.172p.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995. 213p.

HARRIS, Kevin. Freedom of access to information. In: KINNEL, M. (Org.). *Informing communities*. London: The Library Association, 1992. 313p.

LANDIM, L. *Para além do mercado e do estado?: filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993, 86p.

LANDIM, L.; CONTRIM, L. *ONGs: um perfil- cadastro das filadas à ABONG*. São Paulo: ABONG/ISER, 1996.

LOPES, S, A. *A teia invisível: informação e contra informação nas redes de ONGs e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/ECO, 1996. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação.

MARTIN, William J. *Community librarianship: changing the face of public libraries*. London: Clive Bingley, 1989. 195p.

MOTTA, Maria E. F. Os profissionais da informação, funções e títulos. Brasília: Thesaurus, 1994. 26p.

MARTELETO, R., RIBEIRO, L. B. O que se vê se entende: cultura e o sujeito na nova ordem mundializada informação. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABMG, EBMG, 1994, p. 524-534.

\_\_\_\_\_, et al. *Cultura, informação e sociedade: estudo das práticas de informação em campos específicos...* Rio de Janeiro: ECO/ IBICT/ CNPq, 1995.

\_\_\_\_\_. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. *Revista Informação Sociedade: Estudos*. João Pessoa, v.11 n.1, p 22- 34, 2001.

MARTIN, William J. *Community librarianship: changing the face of public libraries*. London: Clive Bingley, 1989. 195p.

MONTENEGRO, T. *O que é ONG*. São Paulo: Brasiliense, 1994, 87p.

MOTTA, Maria E. F. Os profissionais da informação, funções e títulos. Brasília: Thesaurus, 1994. 26p.

OLIVEIRA, Francisco de. Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE/PIC, 1993. 53p.

OLIVEIRA, J. M de. Informação, Informática e Sociedade. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.8, n.4, p. 34-39, 1994.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de O., BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.127-150.

ROCHA, M. M. O. Documentação e movimento popular: estudo da experiência do

\_\_\_\_\_. SEDIPO - Serviço de Documentação e Informação Popular – Recife. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1990. 111p. Dissertação. (Mestrado em Biblioteconomia).

\_\_\_\_\_. O. SEDIPO: uma experiência pioneira para a cidadania. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABMG-EBMG, 1994, p. 345-356.

SHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993. 143p.

SMIT, Johanna. Bibliotecário, in memoriam: um canto de morte em feitiço de psicodrama. *Palavra-Chave*, [s. l.], n.2, p.2-3, 1983.

SOUZA, F. das Chagas de. O ensino da biblioteconomia nova no Brasil: o marco da construção de um projeto de ensino superior. Florianópolis: Ed. Preliminar, 1995. 120p.

\_\_\_\_\_. Ensina-se corretamente o que se ensina a quem vai ser bibliotecário? *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v.1, n.1, p.49-54, 1996.

SOUZA, Marta Alves de. Perfil profissional do bibliotecário no mercado de trabalho da cidade de São Paulo. *Transinformação*, Campinas, v.8, n.1, p.158-166, jan./abr., 1996.